



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO  
Brasil

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS

**Estratégias para Combater o Trabalho Infantil  
no Serviço Doméstico**

**Dimensões Culturais do  
Trabalho Infantil Feminino**

**Maria Luiza Heilborn**

## DIMENSÕES CULTURAIS DO TRABALHO INFANTIL FEMININO

Maria Lúiza Heilborn<sup>1</sup>

Muitos têm sido os diagnósticos sobre a questão do trabalho infantil no Brasil. Com justa razão têm-se apontado que a pobreza é uma das grandes respostas explicativas para a presença de crianças em atividade laboral. Sabe-se, segundo dados da OIT (*Revista Atenção*, 95/96: nº 2) que há no Brasil 7,5 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos na força de trabalho rural e urbana distribuídos entre o setor agrário, industrial, extração de minério, produção de carvão vegetal (Alberto, 1998:224). O emprego de mão de obra infantil também está presente, seja na produção informal, seja no trabalho doméstico. As características do trabalho infanto-juvenil revelam, de um lado, seu caráter discriminatório, haja vista a sua concentração entre grupos de baixa renda, e de outro, seu caráter disciplinador pelo fato de ser pensado como uma alternativa de prevenção à marginalização<sup>2</sup>, freqüentemente propalada pela mídia e por diversas agências governamentais.

Hoje em dia, uma incipiente consciência coletiva acerca das desigualdades sociais no país se esboça e assinala a presença do trabalho infantil como um dos indícios do que se deve reformar para tornar a sociedade brasileira afinada com os princípios que regem a modernidade. Nesta - entendida como um ideal que se deve

---

<sup>1</sup> Antropóloga. Professora Adjunta do Departamento de Políticas e Instituições de Saúde e do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este trabalho contou com a participação na pesquisa da Dra. Simone Monteiro (ENSP/ Fiocruz).

<sup>2</sup> A questão do trabalho foi motivo de lutas entre empresários e juizes, principalmente do final dos anos 20 até meados da década de 40. O debate atual está marcado pelas disputas internas - entre membros do judiciário, a polícia, a sociedade e as organizações não governamentais - de como agir com crianças pobres, educá-las e recuperá-las. O tema em destaque é o da infração, particularmente quando os movimentos alternativos buscam formas de profissionalização para introduzir meninos/as de rua no mercado de trabalho, visando evitar a entrada no mundo do crime. O trabalho, aparentemente ausente ou em segundo plano diante das questões da marginalidade e da educação, tem sido a forma encontrada para todos os tipos de propostas educativas neste campo, seja para "recuperar" ou para "desenvolver as potencialidades individuais" de sua clientela. (Alvim, 1995: 97). Enquanto no início do século se pretendia que o trabalho substituisse a escola das crianças pobres e eliminasse o perigo das ruas e da criminalidade, atualmente existe uma pedagogia profissionalizante apressando a entrada precoce no mercado de trabalho, secularizando a educação formal. É como se para as crianças e adolescentes das classes populares, sejam elas de rua ou não, a única forma de livrar -se da criminalidade seja o destino do trabalho precoce. (Alvim: 1995)

atingir - a intolerância com o fato de crianças trabalharem, sendo privadas de um estágio de vida em que a formação escolar e o direito ao lazer são prerrogativas estatuídas por um novo código legal (o Estatuto da Criança e do Adolescente) se define como uma diretriz consistente. Assim, recorrentemente tem-se assinalado de que maneira o trabalho precoce fere os direitos da infância. Os argumentos utilizados podem dirigir-se para os aspectos atinentes à cidadania bem como podem deslizar para os de uma lógica econômica racional, que enfatiza o impacto do trabalho sobre a capacitação desses sujeitos em uma futura inserção no mercado de trabalho. Está em curso portanto o enfrentamento de uma questão social que se inscreve em múltiplas dimensões da realidade; é, de um lado, eminentemente política no que toca implementar um novo olhar sobre direitos sociais, e que como tal não pode ignorar o modo como a riqueza está distribuída de forma marcadamente desigual no país, e de outro lado, é cultural, uma vez que a persistência do trabalho exercido por crianças e adolescentes exprime valores sociais distintos sobre a adequação entre trabalho e idade.

Se é verdade que a pobreza, entendida como acesso precário a uma renda condigna para a sobrevivência do grupo familiar, explica grande parte do quadro que impele crianças a trabalharem, também é certo que determinados fatores culturais, imbricados na formas de organização da família, que se expressam nas relações entre adultos e crianças, na concepção sobre os gêneros e idades e nas formas de reciprocidade engendradas no grupo familiar, são fatores relevantes para explicar o porquê da persistência do trabalho para as crianças em determinados meios sociais.

Está-se em presença de um cenário cultural em que os valores relativos à infância, ao lugar dos filhos na unidade familiar e a visão de mundo que expressam destoam dos parâmetros considerados ideais por uma outra concepção de mundo, que se tem afirmado como moderna e mais igualitária, sendo esposada por integrantes de camadas médias e certamente pelas agências de proteção à infância.

Cumpre, portanto, aos formuladores de políticas públicas serem sensíveis a estas dimensões culturais, concebendo e implementando meios de intervenção sobre a realidade, que contemplem um horizonte de mudança em que os valores

morais desses grupos possam ser modificados em benefício de uma maior equidade entre os sujeitos de uma mesma sociedade. Lembrando os ensinamentos de um grande educador brasileiro, Paulo Freyre, é imperativo ter em conta o universo simbólico dos sujeitos a serem atingidos. Em particular quando se trata dos grupos subalternos de uma sociedade.

A presente análise busca traçar um panorama das dimensões culturais implicadas no trabalho infantil feminino como emprego doméstico. Para tal, a estratégia utilizada foi buscar estudos sociológicos/antropológicos disponíveis sobre grupos populares, em particular os que tratam sobre organização familiar e alguns que relatam experiências de políticas públicas voltadas para a infância para reunir subsídios para caracterizar o universo de valores e de práticas sociais que sustentam para tais grupos a admissibilidade de crianças e adolescentes trabalharem. Trata-se aqui portanto de produzir um quadro inteligível do porquê em certos cenários o trabalho infantil não se apresenta como violação dos direitos da criança.

### **1. Caracterização das famílias de grupos populares**

Diversos estudos de caráter monográfico, nos quais a perspectiva de concatenar a dimensão simbólica das ações dos sujeitos com os condicionantes materiais de classe é a predominante, têm apontado de que maneira o emprego infanto-juvenil está vinculado à complementação da renda familiar nos grupos com baixos rendimentos. As análises de Santos (1999) para a cidade de Salvador, Alberto (1998) para João Pessoa e Sarti (1996) para São Paulo<sup>3</sup> enfocam o quadro de inserção sócio econômica das famílias das crianças e adolescentes que levam a recorrência do trabalho infantil. Esses estudos concatenadamente apontam para a presença da noção do trabalho como um valor social importante para a família na socialização dos filhos e de que modo a experiência laboral reveste-se de importância na construção da identidade social. Desse modo, "o valor moral do trabalho (...) não se inscreve apenas dentro da lógica do cálculo econômico do mercado. Através do trabalho, os pobres constroem um idéia de autonomia moral,

---

<sup>3</sup> Ver ainda Simões (1997) para Amazônia e Barbosa (1998).

atualizando valores masculinos como a disposição e a força (...) que fazem do homem, homem" (Sarti, 1996:72). No caso da mulher, a idéia de *trabalhar para os outros* (para a família) contribui para a valorização do trabalho doméstico. Assim como o trabalho do 'provedor' é um atributo masculino, o trabalho feminino tem sua significação referida ao lugar feminino no universo familiar. Na lógica familiar que informa a divisão sexual do trabalho nos grupos populares o homem é o provedor principal e as mulheres e jovens são trabalhadores secundários. O sentido do emprego feminino está subordinado às obrigações familiares de mãe/esposa/dona de casa, mas pode representar também uma oportunidade da mulher sair do "confinamento doméstico".

O trabalho dos filhos, inserido no sistema relacional de troca, ajuda e retribuição que a família enseja e deseja também tem a função de proteção em relação aos perigos da rua (droga e criminalidade). A ajuda doméstica cedo se impõe para as meninas, sendo que tal atividade não é incompatível com a escola (Vaz, 1999).

As análises que tratam do trabalho precoce de crianças no mercado informal em situação de rua têm, por sua vez, assinalado que, a presença dos meninos nas ruas, trabalhando está relacionada ao contexto familiar (desemprego dos pais ou dificuldades de sustento). Tal situação decorre de fatores macroestruturais (como a crise econômica) e microestruturais (tradição social na qual o trabalho é percebido como um elemento formador da pessoa e eventualmente conflitos familiares vinculados a carências materiais e subjetivas).<sup>4</sup>

Uma pesquisa de maior espectro, resultado de um *survey* (Filgueiras et al. 1995) realizado entre maio e junho de 1994 contando com uma amostra de 1.041 domicílios no município de Belo Horizonte<sup>5</sup>, nos ajuda a traçar um quadro sintético de diversas características que são passíveis de serem estendidas a outros municípios brasileiros.

---

<sup>4</sup> Com base em entrevistas realizadas com 35 garotos e 6 garotas de 8 a 17 anos em João Pessoa – na sua maioria pertencentes a famílias nucleares e monoparental feminina - Alberto (1998) afirma que a família precisa do trabalho do menino para complementar a renda familiar. Quando o pai não consegue cumprir a função de provedor; é comum o trabalhador precoce se responsabilizar pelo sustento da família, reproduzindo o ciclo de pobreza.

<sup>5</sup> Do conjunto de 1.041 domicílios, 20 % eram localizados em vilas e favelas. Além do *survey*, essa pesquisa contou com dados oriundos de entrevistas abertas realizadas com 17 famílias de baixa renda e com dados colhidos em um projeto piloto sobre cidadania da criança e da família, centrado na estrutura familiar.

O maior percentual de famílias nucleares simples (78%) de Belo Horizonte está na faixa de renda acima de 20 salários mínimos (SM), sendo decrescente a medida que diminui a renda familiar. Contrariamente, as famílias monoparentais femininas e as famílias nucleares extensas concentram-se nas faixas de menor renda.

A maioria das crianças e adolescentes em Belo Horizonte vive em famílias com renda de até 5 SM. De acordo com o estudo qualitativo, elas são vistas como parte integrantes de um sistema de parentesco onde encontram proteção, vínculos de sangue e vínculos de convivência, independente do tipo de família<sup>6</sup>. Os filhos são de responsabilidade das mães; espera-se do pai que ele assuma o papel de provedor. A noção de autoridade está centrada no adulto, sendo que a associação entre autoridade e coerção física é usual. A família também funciona como refúgio frente à violência externa (por exemplo, batida policial) e à exclusão de serviços e bens sociais (Figueiras et al. 1995:129). O aparecimento de problemas e conflitos relacionados aos jovens está mais vinculado ao grau de pobreza e exclusão social do que ao tipo de família.

Os índices de co-residência, contribuição material e convivência dos pais com seus filhos aumenta com a elevação da renda. À figura materna estão correlacionados altos índices de co-residência e convivência com os filhos e bem menores índices de contribuição financeira. O vínculo da mãe com os filhos é central em todos os tipos de família, mas a participação dos pais é diferenciada segundo as faixas de renda. O vínculo mãe-filho/a é o descrito como fundamental para a constituição da família, sendo que o elo pai-filho/a necessita da mediação da relação do casal de genitores. A convivência da criança com os parentes maternos é mais estável e forte. A mãe tem papel de articuladora da rede de parentesco. O apoio familiar - em termos financeiro, moradia, trabalho e ajuda infanto-juvenil e o aconselhamento na criação dos/as filhos/as - e da vizinhança é mais comum nos grupos menos abastados. Tais famílias também estão mais expostas a fatores de tensão como internação hospitalar, falecimento, aborto ou gravidez na

---

<sup>6</sup> Tal perspectiva se contrapõe às visões estigmatizantes que consideram frágeis os vínculos entre adultos e crianças de famílias pobres.

adolescência; uso álcool ou droga pelo adulto, ou pelo menos eles são assim referidos como problema<sup>7</sup>.

A socialização dos jovens segue um divisão tradicional dos papéis masculinos e femininos. As meninas são responsáveis pelas atividades domésticas, e os rapazes pelas tarefas ligadas ao mundo público, principalmente relacionadas ao ganho financeiro. Nas famílias com renda acima de 10 SM, a participação das meninas e de suas mães no trabalho doméstico diminui consideravelmente, sendo substituída pela presença de empregadas domésticas. Salienta-se a pequena participação masculina nas atividades internas ao lar, independente da renda.

A maior parte da crianças e jovens que trabalham são de famílias com renda de até 5 SM, cujos pais têm vínculos empregatícios precários, baixa qualificação e reduzida formação profissional. No grupo de até 10 SM predominam os empregados e autônomos não especializados, sendo que entre os pais as atividades ocupacionais mais comuns são os serviços de transporte, limpeza e comércio; metade das mães está no emprego doméstico e 32% no serviço de limpeza. Crianças e jovens trabalham em atividades sem qualificação, em geral, realizadas na rua, com baixa remuneração. Acima de 14 anos a maioria não tem carteira de trabalho. Não foi feita uma discriminação por sexo, contudo vale dizer que predominam o emprego doméstico, serviço de limpeza, *office boy* e o serviço no comércio.

O lazer restringe-se ao espaço doméstico para a maioria das crianças e adolescentes, sendo dependente das condições materiais e estilo de vida familiar. As famílias de maior poder aquisitivo, nas quais prevalece o modelo nuclear, apresenta um maior consumo cultural nos ambientes doméstico e público.

Na faixa de 7-14 anos, 98% das 1085 crianças freqüentam a escola, sendo que 46% já perderam o ano, a maioria nas faixas de renda menos abastadas. Na faixa de 14-18, 76% dos 598 jovens estudam. O abandono escolar e a repetência são mais recorrentes entre as famílias com menor poder aquisitivo. Apenas nessa

---

<sup>7</sup> Um dos desafios mais fortes nas pesquisas sociais é justamente poder aferir com precisão as diferenças entre ocorrências de problemas de fato e o modo como os sujeitos interrogados percebem a questão como um problema ou não. Entre os integrantes de segmentos sociais mais abastados, por exemplo, a ocorrência de uma gravidez na adolescência com uma das filhas (ou filhos) pode ser significada e resolvida, em função dos recursos materiais e simbólicos, de forma a não ser compreendida como um problema. O mesmo raciocínio aplica-se aos índices de alcoolismo ou ocorrência do aborto.

realidade há crianças que saíram da escola para trabalhar. Na faixa de 7 a 14 anos, 19% estão em famílias com renda de até 1 SM, 51% naquelas com renda de mais de 1 a 5 SM; 8% nas famílias com mais de 5 a 10 SM; 5% nas de 10 a 20 SM e 11% nas com mais de 20 SM. Na faixa de 14 a 18 anos essas tendências são mantidas, 5% (até 1 SM), 66% (+ de a 5 SM); 13% (+ de 5 a 10 SM), 1% (10 a 20 SM) e 5% (+ de 20 SM) - (Filgueiras et al. 1995: pp. 37).

As famílias têm uma visão ambígua da escola. Reconhecem sua importância mas tem críticas e receios relacionados ao consumo de drogas e à indução do "namoro avançado". Essa situação, associada à carência material (falta dinheiro para passagem, material, uniforme) e a necessidade de ajudar em casa, caracteriza uma progressiva falta de investimento das famílias e da escola na vida dos jovens. As mães tendem a acolher a filha grávida. A gravidez gera abandono do estudo e aquisição do *status* de adulto (Filgueiras *et al.*, 1995: 138-140).

Ocorre de maneira bastante difundida a prática de dar as crianças para serem criadas por parentes ou pessoas que integram a rede de relações de vizinhança e compadrio. Este fenômeno designado por "circulação de crianças" é muito frequente e se diferencia do abandono pois se insere no sistema de parentesco<sup>8</sup>. As crianças permanecem sob a responsabilidade de outros que não são seus genitores, sem que haja mecanismos formais de adoção. Essa cessão não possui necessariamente caráter duradouro, podendo os filhos voltarem a conviver com os pais, depois de um determinado período. Os motivos são variados, geralmente relacionados a rearranjos conjugais (separações e novas uniões), e como segunda motivação, nas famílias de menor renda, as dificuldades materiais ou de moradia. A pesquisa realizada em Belo Horizonte constatou que a circulação de crianças é menor nas famílias nucleares.

Delineou-se até o presente momento um quadro com base em análises sociológicas com o intuito de desenhar a lógica a um só tempo econômica e moral

---

<sup>8</sup> Circulação de crianças é um termo cunhado para designar a prática bastante difundida em grupos populares de dar as crianças para serem criadas por parentes ou pessoas que integram a rede de relações de vizinhança e compadrio. A pesquisa realizada em Belo Horizonte constatou que a "circulação de crianças" é comum a todas as faixas de renda. Contudo, essa conclusão não tem sido acompanhada por trabalhos de caráter monográfico. (ver Fonseca, 1987)

que faz com que crianças e adolescentes dos grupos populares sejam levados a trabalharem. Uma dimensão precisa ser agregada: a de gênero, que é a determinante para explicar a presença das meninas e adolescentes como empregadas domésticas (Cf. Vaz, 1999:25). Assim, tem-se agora por objetivo demonstrar de que modo a conjugação classe social e gênero apresenta-se, portanto, relevante na marcação diferencial das trajetórias sociais para crianças e em grupos populares (Heilborn: 1996). Os fatos relacionados à infância subordinam-se a lógica da complementaridade hierárquica da família que se funda em uma assimetria de gênero e de classe etária.

Assim identificar os condicionamentos simbólicos e materiais relacionados à organização familiar e às relações de gênero servem de pista para explicar as possíveis razões que podem levar à “adesão” do emprego doméstico entre meninas de grupos populares.

Tal reflexão combina-se com a do o sentido cultural do trabalho para crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras urbanas. O trabalho enquanto atividade remunerada e aprendizado de um ofício se reveste de um sentido de aquisição de uma identidade social legítima para os jovens e suas famílias. Ignorar o modo como tais grupos sociais organizam sua vida familiar e pensam sobre o tema da inserção profissional precoce e qual a articulação com a permanência na escola é incidir num desconhecimento sobre os valores que norteiam essa visão de mundo e que estão na base das escolhas que realizam em suas vidas.

A exposição que se segue está baseada na literatura antropológica que lida com a convicção teórica sobre *uma* cultura das classes trabalhadoras (Duarte, 1986 e Sarti,1996) que possui características distintivas perante as culturas de outros grupos sociais presentes na sociedade brasileira. Essa produção analítica é bastante significativa no Brasil, e este ensaio tem como viés condutor valorizar a *dimensão de gênero* como organizadora das experiências sociais, partindo da constatação de que a infância pobre no Brasil parece ter um único sexo, sendo raros os dados sobre meninas e adolescentes femininas (cf. Rizzini, s/d, Domingues, 1993 e Vaz, 1999). A variável gênero conjugada a de classe social (Castro, 1991) apresenta-se relevante na marcação diferencial das trajetórias

sociais para adolescentes de cada um dos sexos e o modo como percebem o trabalho.

## **2. A Abordagem da dimensão cultural**

Para a análise da dimensão cultural está-se considerando que os condicionamentos materiais e simbólicos que configuram a situação de classe dos grupos subalternos na sociedade brasileira atuam de modo conjugado, reforçando-se mutuamente. Eles se expressam na organização e dinâmica familiares para dar conta do perfil da inserção feminina no emprego doméstico. A perspectiva antropológica é aqui adotada para salientar que não são apenas as condições materiais de existência, mas uma certa maneira de conceber o mundo que pode explicar as razões que levam as meninas desde cedo a se tornarem parcialmente responsáveis, quando não de forma integral, pelo trabalho doméstico em seus domicílios. Esta forma de organização das relações familiares imbrica-se nas representações sobre os gêneros masculino e feminino e sobre o sentido da família, que constroem os destinos sociais das pessoas.

Nesse sentido, uma breve explicação da argumentação antropológica ajuda a esclarecer certas afirmativas sobre a dimensão cultural. Para a antropologia, ou pelo menos para uma certa perspectiva teórica, as representações sociais modelam a apreensão do mundo e dos recursos nele disponíveis. O domínio das idéias e dos valores possui uma realidade coletiva, autônoma e parcialmente inconsciente para os membros de uma dada cultura. As representações podem abarcar certas áreas da vida social, constituindo um pequeno núcleo de valores, contudo supõe-se que cada conjunto ideacional não se justapõe simplesmente aos demais, integra-se a um sistema interdependente, que provê a coerência de uma determinada visão de mundo. Desse modo, a análise do fenômenos culturais impõe a catalogação das representações que ordenam um dado estilo de vida e a demonstração de como elas se apresentam articuladamente em diferentes esferas sociais do universo estudado.

A atual visão antropológica sobre o modo de construção das idades (infância e adolescência) é profundamente devedora dos trabalhos da denominada história

das mentalidades (Ariès, 1968 e 1978; Donzelot, 1980), e sustenta "a invenção do sentimento da infância" no bojo de transformações que redefiniram a sociedade ocidental, configurando a modernidade. A valorização dessa etapa do ciclo de vida é efeito de um processo cultural peculiar que instaura a entronização do mundo privado e traz como seu corolário, a intimização das relações travadas nesse âmbito. Assim, a concepção de infância que se tornou hegemônica por intermédio de processos culturais de longa duração, teve seu nicho inicial nos segmentos sociais muito específicos do conjunto da sociedade e foi sendo paulatinamente difundida para o conjunto do tecido social. Tal difusão foi implementada por mecanismos sociais diversificados e entre os quais a ação do Estado é fator importante. O Estado moderno tem se caracterizado, embora sua ação não seja sempre de natureza monolítica e concatenada, por implementar determinadas políticas que têm como fonte de inspiração valores da modernidade. Contudo, a modernidade sendo um valor capital na sociedade contemporânea, está longe de ser um fato universalizado. Em uma sociedade complexa, onde coexistem grupos sociais diferenciados pela posição que ocupam na estratificação social e, sobretudo, pelos códigos culturais que lhes são peculiares (Velho e Viveiros de Castro, 1978 e Duarte, 1986), a modernidade não é igualmente relevante ou significativa como estruturadora das práticas e dos valores. Conseqüentemente as formas de organização familiar não são uniformes e tampouco o são os valores que a modernidade entronizou em relação a ela.

O modelo moderno ideal de família requer barreiras nítidas entre os domínios público e privado, uma contração dos laços de sociabilidade frente à rede de parentesco implicando uma densidade maior dos vínculos entre seus membros restritos. A família é sobretudo uma unidade moral e afetiva. A vida familiar gravita em torno da criança: a tal figura são dedicados um afeto extremado e um permanente controle. A infância constitui-se assim numa etapa peculiar e exigente de dedicação, cuidado e extravasamento amoroso dos pais.

A universalização dessa lógica está longe de ser completa e a admissão desse fato permite olhar contextos culturais ordenados por lógicas distintas sem a medida da "falta" ou do "atraso" de suas práticas sociais. Um exemplo dessa diferença ao modelo "moderno" de família é trazido pelo trabalhos de Claudia

Fonseca (1983 e 1987) sobre a prática de entregar filhos para serem, temporariamente, criados por outras famílias. Ela denominou esse fenômeno como circulação de crianças, fato por ela observado em grupos populares no sul do país, e que a literatura sociológica afirma ser bastante espreado na sociedade brasileira (cf. Filgueiras *et al*, 1995). Tal prática denota uma concepção distinta de infância, nela se explicita um vínculo entre pais e filhos que não adota o padrão do intenso investimento afetivo sobre a criança, que a torna exclusiva, mas revela de que maneira uma criança se integra num circuito de relações mais amplo que abarca unidades para além da família nuclear.

Estamos diante portanto de uma configuração de família distinta daquela que é esposada por segmentos sociais comprometidos com o ideário da modernidade. E tal concepção de família e de infância impregna-se de representações acerca dos gêneros e dos seus papéis e atributos adequados .

Se é possível afirmar-se que as categorias de gênero revelam sempre uma relação de natureza assimétrica (Heilborn, 1991, 1992 e 1993), também é verdade que na modernidade mais recente, as relações entre os gêneros tendem a adquirir um caráter mais igualitário. Contudo, pode-se afirmar que no universo dos grupos populares ainda é vigente uma concepção das relações entre os gêneros mais tradicional ou hierárquica<sup>9</sup>.

Os segmentos sociais subordinados aqui referidos podem ser designados como classes trabalhadoras, termo que abriga grupos sociais diferenciados como funcionários públicos de categorias inferiores, trabalhadores por conta própria etc. que se encontram numa posição subalterna na sociedade de classes, moderna e urbana. Outras formas de categorização poderiam ser acionadas, como por exemplo, a usual, de "baixa renda" (Valladares ,1991), ao tomar o salário mínimo

---

<sup>9</sup> Em diversos trabalhos me dediquei a análise da condição hierárquica do gênero. Sustento que o conteúdo específico de cada universo representacional referente ao gênero é variável, mas a ordem que distingue e ao mesmo tempo entrelaça as categorias de masculino e feminino mantém um padrão estrutural. Exprime-se no nexo simbólico do masculino com um elenco de propriedades de marcação/descontinuidade/diferenciação/deslocamento que demarcam a identidade social masculina. O gênero feminino está balizado por associações com atributos como não-marcação/ continuidade/indiferenciação/permanência, considerada a relação de complementaridade que mantém com sua contraparte. O jogo relacional e assimétrico da construção das categorias de gênero está referido a esse plano estrutural. Esta proposição tem um caráter mais abstrato para as análises acerca do gênero. No plano analítico que interessa neste ensaio sobre crianças, gênero e trabalho é a distinção entre um contexto tradicional que concebe os gêneros como refletindo naturezas essenciais do ser mulher e do ser homem, e aquele mais moderno que recusa uma diferença radical entre masculino e feminino e salienta a relatividade das concepções de gênero.

como parâmetro, abriga uma percepção da pobreza enquanto fenômeno de insuficiência de renda. Na produção corrente que lança mão do termo, pobreza torna-se sinônimo de carência, situação em que o atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos ou de suas famílias está abaixo de um patamar mínimo. Simultaneamente, essa definição introduz matizes no corpo indiferenciado da pobreza, assinalando a existência de uma fronteira entre os grupos - os que estão acima ou abaixo da linha de miséria.

Define-se a cultura das classes trabalhadoras urbanas como portadora de uma racionalidade própria (Alvim e Leite, 1990; Duarte, 1984 e 1986; Macedo, 1985; Rodrigues, 1978; Salem, 1981 e Sarti, 1989). A configuração peculiar a esse universo pode ser resumida em três pilares: *família, trabalho e localidade*. A ênfase no valor da família exibe seu maior vigor no que se refere à prevalência do grupo sobre o indivíduo na constituição da identidade social dessas pessoas. Estruturada em termos de uma relação hierárquica entre os sexos e as categorias de idade, tal ordenação simbólica da família ganha maior nitidez quando confrontada com o padrão individualizante do modelo cultural, que é vigente entre os segmentos de camadas médias na sociedade brasileira. Esse outro modelo de constituição de identidades sociais tem no *indivíduo*, na *sociabilidade* e na *ocupação* seu eixo de estruturação dos sujeitos sociais. Manter em foco a *distinção* entre estas duas lógicas culturais é crucial para o entendimento das diferenças que estão na base das concepções de família, infância e trabalho presentes em universos sociais distintos.

A família é uma unidade altamente significativa para os membros dos setores populares. A locução "ter família" é uma expressão sintética que condensa a dimensão das responsabilidades que a família engendra e o valor a esta atribuído.

A preeminência que detém a família, que em grande parte das vezes pode ser apreendida como grupo doméstico (Durham, 1983), ganha corpo através da centralidade que desempenha na trajetória de vida desses sujeitos (Alvim e Leite Lopes; 1990). Tal importância deriva do sentido de totalidade que ela encarna, possibilitada pela interqualificação ou complementaridade das identidades sociais (Heredia, 1979). A família enquanto todo relacional exprime-se através de uma divisão do trabalho entre os gêneros, que é, a um só tempo, moral e material,

constituindo o masculino como destinado a uma maior exterioridade, à associação com o que é público, dimensões consubstanciadas na esfera do *trabalho* (Duarte, 1986, Sarti, 1996). Complementarmente, ao feminino está reservado o domínio privado, uma maior interioridade, atributo que se reveste de um caráter naturalizante das atividades femininas. A casa e os filhos encarnam o universo feminino. Se o domínio da casa é feminino, significando que sua ordem e funcionamento são atributos designáveis às mulheres e, por extensão, às meninas, é aos homens que cabe provê-lo (Rodrigues, 1978 e Salem, 1981), configurando-se aí a verdadeira dimensão moral do gênero masculino.

Nessa forma de organização simbólica (e material) da família, presencia-se também uma articulação muito íntima entre gênero e idade, que se expressa na oposição, no grupo de irmãos, entre o mais velho e o mais novo, cujo paradigma é a relação entre pais e filhos.

Esta diferença entre a posição dos filhos (e do sexo deles) no conjunto de um grupo doméstico é de crucial importância para se explicar determinadas trajetórias do trabalho infantil feminino. Nem todas as meninas de grupos populares estarão inexoravelmente destinadas ao emprego doméstico, embora ele se apresente na sociedade brasileira como uma das oportunidades de trabalho possíveis para a população feminina. A análise sobre as trajetórias de vida ajuda a sinalizar que configurações específicas induzem a "opção" pelo trabalho doméstico na infância, entre elas certamente a precariedade das condições de vida, mas igualmente as possibilidades derivadas de desorganização familiar pela morte ou abandono por parte dos pais. Afora isso, deve-se considerar que a família nos grupos populares se organiza em torno da prevalência do adulto. Este modelo se opõe à lógica que norteia as famílias de camadas médias, onde reina a figura da criança. Os fatos relacionados à infância subordinam-se a essa lógica da complementaridade hierárquica da família que se funda em uma assimetria de gênero e de classe etária.

### **3. O Trabalho infanto-juvenil sob o Prisma de Gênero**

Deve-se considerar quais os conteúdos e valores associados à categoria trabalho. É imperativo desnaturalizar o significado unívoco desse termo. Desde longa data as feministas e cientistas sociais têm chamado atenção para o fato de que as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico não só requerem um dispêndio de tempo assaz significativo (haja vista as inovações tecnológicas no sentido de otimizar esse tempo) como também são atividades que produzem valor uma vez que respondem pela reprodução da força de trabalho. (Roberge, 1987). Está aqui sendo feita uma distinção entre as tarefas domésticas que são desempenhadas no âmbito da casa, para o benefício do conjunto de parentes, e aquelas que são realizadas por crianças e adolescentes fora do seu domicílio familiar, que são caracterizadas como trabalho na condição de empregadas domésticas. Entretanto, as observações etnográficas podem assinalar de que maneira as fronteiras entre essas atividades podem ser tênues, e mais ainda que os valores associados à dívida de reciprocidade (troca) para com a família podem explicar o porquê da aceitação do trabalho como algo ao qual as crianças se sentem levadas a encarar com naturalidade.

A contribuição das crianças e adolescentes para a manutenção da casa, entendida como serviço doméstico, é ordenada pela classificação de gênero e cedo se inicia. As meninas aprendem que a casa é "coisa de mulher". São socializadas para lidarem com as tarefas envolvidas no cuidado com o lar e, sobretudo, repreendidas se não responderem positivamente a tais demandas. Um exemplo etnográfico retirado de um estudo realizado numa favela carioca é ilustrativo. Num grupo doméstico como o de Carla Daniele, constituído por quatro pessoas, ao acordar às 8 horas, esperalhe o trabalho de arrumar, junto com a mãe, a pequena casa em que residem no Chapéu Mangueira. Ela gasta em torno de uma hora com essa atividade, tempo que dobra, caso a mãe, que realiza pequenos biscates, esteja trabalhando. Ela reclama que seu meio-irmão Anderson, de 9 anos, pode dormir até mais tarde e que não lhe é cobrado nenhum esforço com a casa. Até mesmo a sua função de jogar o lixo fora, é geralmente deixada para ela. O impacto dessa atribuição é relatado por Carla como atrapalhando ou impedindo o cumprimento dos deveres escolares, afirmativa que é contestada por suas colegas,

que afirmam que ela é "mole". Se a mãe está em casa, ela "fica em cima" para que a menina cumpra com as obrigações escolares. Mas o "trabalho" dessa garota não pára aí; por ser a única na rede de parentesco vizinha, ela é responsável pela limpeza da casa da avó materna, quando, algumas vezes, recebe dinheiro por essa atividade. O dinheiro recebido não configura um pagamento e nem tampouco um vínculo empregatício embora a atividade seja regular; o dinheiro recebido é simbolizado como um "agrado" e se integra num amplo círculo de troca de favores e serviços que caracterizam a vida familiar. Das meninas e adolescentes se integram nesse circuito através do desempenho de serviços domésticos.

As meninas desde cedo se desincumbem de tarefas bastante árduas, representadas pela variedade de atividades necessárias para a reprodução da unidade residencial. Serviços domésticos compreendem a produção ou a transformação secundária de bens de consumo e a realização de atividades associadas à subsistência e manutenção do lar/abrigo e de seus dependentes (Roberge, 1987:61-62). Lavar, passar, tomar conta de crianças menores, limpar e arrumar a casa, esquentar refeições, e, mais raramente, cozinhar são atividades regulares para as meninas desde os cinco, seis anos de idade. A cozinha detém, entre as atividades domésticas, um lugar privilegiado, cuja ocupação está destinada à figura feminina de autoridade, frequentemente a mãe, ainda quando ela trabalha fora. Em condições excepcionais de excesso de trabalho, essa atividade pode ser assumida por algumas das filhas. Essa variedade de atos implica certamente riscos para a integridade física das crianças. O serviço doméstico requer habilidades, que a princípio as crianças não deveriam/poderiam dispor. Contudo, a socialização dessas pessoas é realizada sob a perspectiva de que apesar da pouca idade, elas devem se capacitar a ajudar os adultos nessas tarefas. Frequentemente jornais e telenoticiários alertam para os acidentes que ocorrem com crianças deixadas sós, sem a supervisão de adultos. Cumpre lembrar que estas circunstâncias são extremamente comuns no cotidiano dos pobres no Brasil.

A utilização do tempo nessas atividades domésticas é de difícil mensuração para os atores infantis. Qual o seu impacto sobre o tempo disponível para a frequência à escola ou para brincar? As avaliações surgidas do trabalho de campo em favelas cariocas (Heilborn, 1996) giram em torno de uma a duas horas. As

atividades, entretanto, se desenvolvem de maneira sincopada no correr do dia, e a ocupação de "olhar menino" pode preencher um espaço de tempo de até 4 horas, período que as meninas e adolescentes geralmente não contabilizam como uma atividade em si, uma vez que essa se desenrola ao mesmo tempo com o próprio lazer. As meninas estão respondendo por responsabilidades no tocante à família de uma forma que lhes parece natural. Em grupo, as garotas brincam, conversam e focam sobre roupa e namoros dos conhecidos enquanto "vigiam" os menores. Desempenhar o papel de supervisoras de crianças não é pensado como um "trabalho". Tal atividade é representada pela categoria pregnante de *ajuda*, ainda que por vezes possa implicar certa remuneração para elas. Esse procedimento não é necessariamente regra, admitindo uma série de arranjos possíveis. Silvia, 16 anos, por exemplo, tem por tarefa pegar o primo, de cinco anos, na escola todos os dias, depois lhe dar banho e lanche. Algumas vezes recebe um pagamento simbólico por esse serviço. No modo como as relações familiares se organizam nesse universo, a socialização das meninas e adolescentes faz com que a capacitação para o emprego doméstico, que cumpre salientar não é natural, tenha sido realizada desde cedo.

Duas categorias ordenam idealmente o universo das relações familiares quando este é avaliado pelo ângulo dos(as) filhos(as) nos grupos trabalhadores: *obrigação* e *ajuda*. O primeiro termo é essencial para caracterização da família no contexto social dos grupos populares. *Obrigação* encarna os elos e os deveres que soldam os membros de um grupo doméstico, dando conta do princípio que a ele subjaz: a reciprocidade - troca engendrada pela interqualificação de gênero, idade e papel social de seus elementos. Tal noção engloba a de *ajuda*, que deve ser compreendida em termos dos contextos situacionais em que é acionada.

Assim, em razão da maneira diferencial como se articulam os papéis sociais para meninos e meninas, o trabalho doméstico reveste-se de um conteúdo de "obrigação" para as meninas e para os meninos como *ajuda*, condicionada à vontade deles. Tal distinção emerge de forma muito nítida quando os depoimentos masculinos assinalam "faço porque quero, para ajudar" ou ainda "[isso] é trabalho de mulher, ajudo, mas não sou obrigado". Revela-se, nesse modelo complementar, a lógica de gênero que organiza as relações no grupo doméstico, fazendo com que

o domínio da casa apareça como de responsabilidade feminina. Já os aspectos atinentes ao provimento da casa e à sua articulação com o mundo público cabem primordialmente ao masculino. Esse feitiço explicita-se no marco moral da *obrigação* para os meninos e rapazes com o trabalho quando se encontram em torno dos 14 anos. Tal quadro se mantém como norteador das trajetórias, caso condições de vida mais prementes não impulsionem filhos e filhas a mais cedo se depararem com a responsabilidade de contribuir efetivamente para o sustento da família.

A participação das meninas e adolescentes no trabalho presente no grupo doméstico é revestido de naturalidade para esses sujeitos. Dauster (1992) indica a intrincada conjugação de constrangimentos que recaem sobre a infância e a família nesse mundo social de modo que "ajuda" e "obrigação" referem-se ao caráter simultaneamente 'expontâneo' e 'imposto' da contribuição infantil para com suas famílias. Sem negar a ambigüidade que os discursos infantis e juvenis comportam quando falam da "obrigação" do trabalho, contudo, é possível discriminar-se sentidos diferentes entre as duas categorias, observando-se o prisma de gênero em que os enunciados são feitos.

A categoria *ajuda* traduz certa gratuidade implicada nas relações familiares sancionadas pelo princípio da reciprocidade. Nessa ordenação, as adolescentes são chamadas a contribuir com algum desempenho, o que contrasta fortemente com outros padrões de relacionamento familiar, sobretudo os que abrigam uma representação de infância comprometida com o ideário igualitário e moldados pelo espírito de que se trata de uma etapa particularmente exigente de atenção e prerrogativas. O grupo doméstico nas classes populares encerra um ciclo de trocas em que a dádiva dos pais em relação aos filhos, em primeiro lugar, a da vida, e a do sustento é retribuída pelos filhos em termos de um compromisso na *ajuda* para o funcionamento do grupo como um todo. Essa maneira de conceber os vínculos entre adultos e crianças mostra-se crucial na socialização destas últimas, que desde cedo falam na contribuição que darão em casa tão logo passem a ter salário. O depoimento paradigmático de uma mãe de cinco filhos, que afirma categoricamente rejeitar a idéia de uma compensação pecuniária para as filhas ou filhos pela realização desses trabalhos domésticos, exprime a expectativa da contrapartida filial (e infantil) na dinâmica doméstica. Diz ela:

"Acho absurdo dar dinheiro prá filho porque faz alguma coisa em casa. Já dei a vida, dou sustento, e aqui em casa é assim. Não tem querer. Não tem moleza. É criança sim, mas já vai aprendendo, vai ajudando, cada um fazendo um pouco prá vida da gente arribar".

A divisão de tarefas na casa, obedecendo a uma lógica de gênero, integra o leque de obrigações dos filhos para com os pais, fechando um ciclo de reciprocidade no qual se arma a lógica da família nas classes trabalhadoras urbanas (Duarte, 1986). Do mesmo modo que o auxílio prestado em casa é percebido como uma decorrência natural da integração no grupo doméstico, não compondo um circuito de trocas que possa ser monetarizado, o dinheiro quando recebido pelas meninas pelo cuidado com crianças menores faz parte das dádivas e contra-dádivas que a vida familiar encerra. A remuneração por essas atividades faz-se presente quando envolve outras unidades, ainda que entre elas haja vínculos de parentesco ou compadrio. Tal modelo de relação torna-se explícito quando se observa nas falas referentes à projeção de entrada no trabalho extra-doméstico a afirmativa de que metade do salário destina-se à mãe ou à família.

Em um estudo sobre família em vilas populares de Porto Alegre, destaca (Victora, 1991) que a menina tende a cuidar dos irmãos menores e a realizar as tarefas domésticas. Esse universo é representado e reproduzido nas suas brincadeiras e brinquedos. Para as mães esse jogos fazem parte da socialização das meninas; desde de idade precoce elas aprendem a ser mãe e fazer o serviço da casa (pp. 107). Segundo a autora a "reprodução do papel da mãe é, desta forma, provável posto que o espaço físico é reduzido e o convívio entre mãe e filha intenso" (pp. 108). Foi constatado que várias mulheres desejavam ter uma filha pelo fato "da menina ser mais companheira". Quando se tornam mocinhas tendem a dividir o tempo entre o serviço doméstico, o cuidado com irmãos menores e a escola, sendo que o estudo não é uma prioridade.

Conforme Machado Neto (1980) salientou com propriedade, o eventual auxílio que as meninas possam receber pode ser incorporado de modo menos marcado ou explícito ao grupo doméstico do que aquele que é auferido por meninos. Tal padrão se integra na percepção de que o papel de provedor, que está

na base da identidade social masculina, é aquele que é colocado em foco ao invés da efetiva contribuição feminina para a manutenção do lar. Dessa maneira, o aporte feminino para o conjunto dos membros do grupo doméstico se dissipa simbolicamente.

Algo de similar se passa com o tempo. Como bem demonstra Annette Langevin (1987), as temporalidades são socialmente marcadas pela experiência de classe social, gênero e faixa etária. O tempo de 'trabalho' das meninas é menos marcado, menos singularizado do que aquele que pode ser identificado como a contribuição dos integrantes do gênero masculino. Intervém também, de modo inequívoco, nessa percepção, a própria categorização do domínio do trabalho como algo simbolicamente vinculado ao homem.

Cabe salientar, contudo, que a composição por sexo e a posição no grupo de *siblings* (conjunto de irmãos e irmãs) determina fortemente o destino das meninas, ainda mais do que o dos meninos. É usual ouvir-se "quem mandou eu nascer primeiro" - frase síntese da carga de responsabilidades que se abate sobre as filhas mais velhas no tocante ao funcionamento do lar. São elas, que, comparativamente às demais irmãs, mais cedo se iniciam na tarefa de aprender o serviço da casa e por ele serem responsáveis. A trajetória será tão mais sobrecarregada quanto mais irmãos (do sexo masculino) forem nascendo. De fato, uma menina de 11 anos pode ser a antecipação de uma mulher adulta, -o equivalente da "mulher pequena" referida por Machado Neto (1980) -, estando encarregada de inúmeras tarefas, o que inclui o intenso e ininterrupto cuidado com os 7 irmãos, salientando-se que o mais novo tem um ano e meio de idade (Erika, Chapéu Mangueira). Ela expressa descontentamento com sua trajetória de vida, desejando não ter tantos irmãos e poder brincar mais. Desse modo pode-se concluir que não é apenas a socialização de gênero que pode ser acionada como explicativa para escolha do emprego doméstico. Arranjos peculiares à organização da família, tais como posição no grupo de *siblings*, recasamentos dos genitores, ou ser criado em domínios que não os dos seus pais podem ser os elementos significativos para uma trajetória feminina de trabalho.

O desempenho de tarefas no lar por parte dos meninos é mais eventual. Exprime-se freqüentemente pela atividade de ajudar em obras que porventura

estejam sendo realizadas na própria casa ou na de vizinhos ou parentes. Carregar saco de cimento, pedra, levar entulho para um lugar mais distante aparecem como as atividades que iniciam os meninos no aprendizado de "trabalho de homem". A experiência na atividade de pedreiro e correlatas representa uma das atividades mais disseminadas entre as classes populares urbanas para enfrentar o estrangulamento do mercado de trabalho, consistindo em um dos "biscates" mais regulares.

Assim, os meninos são socializados segundo as regras de uma saída do grupo doméstico, que privilegia o trabalho mais exterior e também aquele que, de algum modo. Os meninos vão sendo impelidos a uma exteriorização frente ao domínio da casa; suas atividades domésticas são definidas como lavar banheiro e varrer quintal ou áreas mais externas da casa, como a laje superior, ou ainda jogar lixo fora. Tais tarefas revestem-se de uma categorização de masculino porque envolvem, segundo os sujeitos sociais, mais "peso". Não se trata, como bem se sabe, de implicar efetivamente trabalho mais pesado, mas sim a vigência do valor a ele atribuído.

A análise da dinâmica das relações de gênero na família só se faz clara mediante a acentuação de que os meninos, comparativamente às garotas, gozam nos primeiros anos de suas vidas de uma relativa 'liberdade', derivada da construção social da masculinidade nesses grupos sociais. Eles têm acesso a um tempo de lazer que decorre fora das vistas de seus parentes, que só podem, portanto, exercer sobre eles um controle menos direto. As meninas e adolescentes, via de regra, são objeto de restrições relativas aos locais que podem freqüentar e ao tempo que podem passar na "rua". Mesmo que elas possam eventualmente transgredir as fronteiras de gênero em que estão sendo socializadas, tais possibilidades de insurreição contra as normas estão mais fortemente demarcadas. A transgressão redundando na acusação de desvio, de menina fácil ou "solta", o que acarreta uma trajetória peculiar. Assim, a frase freqüentemente repetida em tom de lamentação pelas meninas e adolescentes é de que são mais "presas" (cf. Sarti, 1989).

O trabalho para as adolescentes também aparece como meio de ter dinheiro, mas se reveste de um atributo suplementar - meio de fuga da monotonia doméstica

e do controle familiar. Shirley, uma moradora de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, cursando o 2o grau, diz que para conseguir o consentimento dos pais para estudar na escola noturna foi "uma luta". O argumento utilizado foi a necessidade de trabalhar para ajudar em casa com as despesas, mas ela mesma reconhece que a grande motivação para ambos os projetos é escapar da "marcação" dos pais e irmãos e fugir da monotonia do lar.

A casa é assim potencialmente representada como "prisão", e o trabalho extra-doméstico adquire um conteúdo de possibilidade de autonomia pela fuga (relativa) do controle. Contudo, a alternativa do serviço doméstico é a princípio rejeitada, embora muitas vezes seja, afinal, a saída. Madeira (1996) desenvolve os argumentos de que as moças resistem à possibilidade de serem empregadas domésticas. Quando o arranjo de permanência na escola conveniente para a mãe; ela aceita-o com base na avaliação de ser no futuro mais vantajoso em termos da remuneração a ser obtida e no fato de a filha adolescente poder permanecer ocupando sua posição na casa; segundo, entretanto, apesar do aumento do capital educacional (Bourdieu:1974) tal fato, em geral, não acarreta melhora significativa no seu futuro profissional.

Em famílias em que ocorreram separações dos pais ou abandono, determinou que os filhos de ambos os sexos fossem sejam levados mais cedo a contribuir com a reprodução do grupo doméstico. Os arranjos familiares resultantes da separação, morte e abandono são variáveis, e entre eles consta o recasamento de um dos genitores. Entretanto, quando tal acontece, é usual que os(as) filhos(as) da união anterior sejam induzidos a buscar formas próprias de sustento. Isso ocorre em razão das eventuais tensões entre a contribuição financeira e formas de autoridade nascidas do novo arranjo doméstico. Os sinais indicam fatores de ordem mais propriamente simbólica.<sup>10</sup> É comum os pais referirem-se ao início dessas atividades como sendo da iniciativa das crianças, o que é coerente com o quadro delineado de valores da família como uma entidade mais valiosa do que a singularidade dos indivíduos.

---

<sup>10</sup> Sair para engraxar" aparece como alternativa para os meninos em torno dos 9 anos como meio de ajuda no sustento da família. Também é usual a atividade de carregar compras de feiras mediante o "carrinho" ou embalar pacotes em supermercados. Embora estas não sejam atividades necessariamente regulares ou impostas pelos pais, os ganhos auferidos integram-se parcialmente nas despesas do grupo doméstico (Rizini e Rizini, 1991).

#### 4. Representações sobre estudo

O universo das camadas populares urbanas encontra-se bem diferenciado no que toca a penetração do discurso da infância e da importância da escola como meio de ascensão social (Lovisoló,1987). Nesse sentido, entre as estratégias familiares distintas observa-se para as adolescentes, em que prevalece um *ethos* marcado pelo controle de saídas e contatos com o mundo público muito mais acentuado uma tentativa de adiamento da entrada no mercado de trabalho (em um quarto das vezes, o emprego doméstico). Isto dependerá fundamentalmente da capacidade dos integrantes adultos do grupo doméstico de proverem a subsistência da unidade.

Desponta com muita nitidez a representação do "estudo" como a forma valorizada e de algum modo viável de ascensão social. Como diz Marcelle: "Tem que estudar para não trabalhar em casa da madame"<sup>11</sup>. Contudo, se a educação é reconhecida pelas oportunidades (relativas) de aumentar as possibilidades no mercado de trabalho, tal percepção não colide com o caráter não problemático da interrupção da frequência à escola, sobretudo quando a reprovação já se fez presente. O quadro da desigualdade social está assim montado. Com a ocorrência da interrupção do estudo, associada às altas taxas de repetência verificadas no país, o tempo de frequência à escola para os setores populares se prolonga muito mais do que nos grupos sociais mais favorecidos. Dentro deste quadro, chegar ao segundo grau encarna um sucesso (relativo) das adolescentes e jovens. Esses são os que "têm cabeça", expressão que denota inteligência e responsabilidade, o que não contradiz com o fato da trajetória escolar possa estar provida de reprovações.

O tempo mais usualmente reconhecido pelas crianças quando avaliam o seu próprio cotidiano é aquele preenchido pela atividade escolar. Elas sabem com clareza o tempo despendido na escola - 4 horas - e particularmente o tempo de

---

<sup>11</sup> "Madame" adquire nas falas das meninas um tom pejorativo de alguém de outra classe social e que "não sabe fazer nada". Diz Dayana, cuja mãe trabalha como doméstica: "eu não quero ficar cuidando de roupa de madame". A família de Dayana é ilustrativa dos arranjos que podem dar origem ao trabalho infantil. O pai é porteiro em um prédio próximo à favela. Dennis, seu irmão de 11 anos aprende o ofício do pai, ficando na portaria do edifício quando este sai ou ainda ajudando a lavar os carros dos moradores. O casal possui uma barraca de venda de balas na rua principal do Leme. Tanto Dayana como Dennis passam lá algumas horas por dia tomando conta da barraca.

recreio, que consideram, via de regra, pequeno. A queixa comum no Chapéu é da escola não ter "diversão", embora as narrativas sobre o esporte preferido - queimado - no recreio envolvam as meninas em discussões detalhadas. A mensuração do tempo utilizado para fazer deveres escolares é também precária. As afirmativas giram entre 10 minutos e 2 horas. Ressalta-se, entretanto, que as adolescentes não dão muito destaque à carga de dever solicitada pelas professoras. As crianças, quando reclamam da escola, fazem-no sob a perspectiva de que a merenda não é boa ou que o tempo de recreio é pouco. Raras são as referências por parte do universo infantil relativas à qualidade do ensino ministrado. Já os mais velhos enunciam avaliações sobre o "abandono" da escola e da educação em geral e criticam "o governo que só quer construir", mas não manter a escola.

Zaluar e Leal (1997) realizaram um estudo vigoroso sobre as relações entre a escola e os pobres, focalizando a percepção e avaliação de alunos, ex-alunos, pais, professores, diretores e lideranças acerca dos problemas sociais e a qualidade do ensino público. O trabalho envolveu três áreas da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Favela da Mangueira; Favelas Vila Nova e Vila Ideal em Duque de Caxias e loteamento Jardim Catarina em São Gonçalo) e uma amostra de 119 alunos/as na faixa de 11 a 17 anos<sup>12</sup>. Segundo as autoras "a questão de gênero revelou-se a mais importante para se compreender imagens, idéias e disposições diferentes entre alunos e seus responsáveis, e a questão da violência no bairro e dentro da escola..." (Zaluar e Leal, 1997:60).

Constatou-se que, embora as meninas tenham melhor desempenho escolar, a profissionalização e as alternativas do mercado de trabalho são comparativamente menores do que a dos homens, quando não se leva em consideração o emprego doméstico feminino. Para Zaluar e Leal, os dados do estudo indicam que não é tanto a aquisição do saber escolar como capital simbólico (...) que está limitado ou restringido para as meninas, mas muito mais a formulação de projetos e as perspectivas reais de profissionalização", soma-se ainda que o contexto de violência física decorrente do tráfico de drogas acaba interferindo no cotidiano escolar (1997:165). Tal violência tem atualizado ("reintroduzido e

---

<sup>12</sup> Contou ainda com entrevistas de 8 diretores e 13 professores, pertencentes a escolas comuns ou ao CIEP

reforçado”) valores viris de supremacia. Em conformidade com a produção acadêmica, a pesquisa mencionada revela a maior seriedade e melhor uso dos recursos intelectuais por parte do grupo feminino, dentre outros aspectos relacionados à aquisição de “hábitos sociais, respeito à autoridade, demanda de ordem e a expectativa profissional segundo os usos da escolarização” (1997:166). Entretanto, tais comportamentos não são capazes de superar os efeitos do quadro de violência física presente na escola. Nesse sentido, perguntam-se de que maneira as demandas de ordem e de ensino poderiam se transformar em alternativas reais de saída da pobreza e da violência bélica destrutiva.

A importância do estudo está relacionada com a aprendizagem da leitura, escrita e “fazer conta”. Requisitos básicos para “não passar vergonha” e conseguir um emprego. Para os meninos o estudo serve de “passaporte para evitar a escravidão (fazer serviço para os outros, puxar carroça)”. As meninas argumentam que até para conseguir o trabalho doméstico com todos os direitos trabalhistas assegurados, é preciso saber contar. Salienta-se que as tarefas domésticas são aprendidas no âmbito familiar e que o emprego doméstico é um dos menos valorizados entre as meninas. As imagens sobre a educação do grupo indicam uma preocupação com a não exclusão social e uma desarticulação em relação as demandas atuais da economia globalizada, centrada na informatização e no uso de substitutos (robôs) para a força de trabalho humana

Nota-se a presença de uma visão, por parte do administradores escolares, que culpabiliza o aluno pelo fraco desempenho escolar devido ao desinteresse e preguiça e/ou as condições sócio econômicas (famílias problemáticas, contexto violento). As mães assumem a culpa da repetição, alegando dificuldade de controlar os filhos. Foi identificada uma “concepção moral do trabalho” relacionada ao esforço e ao ganho honesto, em consonância com a literatura antropológica . A escola não inibe as aspirações de ser professor ou profissional liberal, sendo que algumas meninas revelam o sonho de ser modelo ou secretária (cf. Vaz, 1999) e certos meninos almejam a carreira militar. No entanto, quando relatam sobre as profissões mais prováveis, 31% dos garotos e 4% das garotas acreditam que serão operadores manuais de pouca qualificação; “as meninas que consideram como seu destino o emprego doméstico estão na escola comum”, sugerindo que o CIEP

estimula mais a profissionalização. A evasão escolar é maior entre os homens, as meninas saem com mais frequência a partir da 5ª série. Mais de metade das meninas evadidas alegou que o trabalho determinou a saída da escola, o segundo motivo foi mudança de moradia.

Os alunos, mais dos que os pais, acreditam na compatibilidade entre escola e trabalho, embora os responsáveis afirmem que o estudo é mais importante do que o trabalho. Ressalta-se a importância de se considerar o gênero na elaboração de cursos profissionalizantes. As meninas parecem ter menos preocupação com a exclusão social, isto é, com o emprego irregular e informal. De qualquer modo, a regulamentação atual do emprego doméstico trouxe diferenças importantes. Os meninos revelam grandes receios em termos da futuro profissional, além de serem mais pressionados para integrar o mundo do crime.

Em suma, Zaluar e Leal (1997:189) recomendam que os projetos pedagógicos precisam criar alternativas para diminuir a vulnerabilidade masculina e ampliar a possibilidade de realização profissional feminina. Considerando o papel da mãe como socializadora e referência moral, coordenadora do trabalho familiar e do orçamento doméstico, é também necessário lhe oferecer suporte, reconhecendo-a com uma das principais parceiras do processo educativo de crianças pobres

A permanência das meninas no sistema de educação é expressivamente maior do que a dos meninos. O abandono é explicado “pelo ter que ir trabalhar, se arranjar na vida” e não há interesse em ingressar no curso noturno. Existe uma representação difundida do “estudo” como a forma valorizada e de algum modo viável de ascensão social. Tal percepção não colide com o caráter não problemático da interrupção da frequência à escola, sobretudo quando a reprovação já se fez presente. A análise empreendida por Madeira (1997) reitera a constatação (de inúmeras etnografias) de que as/os adolescentes das classes trabalhadoras urbanas se ressentem do formato com que a escola lhe é apresentada.

## **5. Considerações Finais**

As políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes relacionadas à ampliação de oportunidades e conquista de direitos humanos precisam levar em conta os condicionantes materiais e simbólicos que estruturam a família em grupos populares, tendo em vista o papel do grupo doméstico na construção da identidade dos sujeitos sociais (Sarti, 1999). O conteúdo atribuído ao trabalho é diverso, nem sempre representando uma condição negativa. Ele se reveste com frequência de um valor moral positivo para a construção da pessoa. Descrever a forma como o trabalho se apresenta nesse universo, conjugado ao gênero e à classe social, foi o intuito deste ensaio e assim a afirmativa sobre o desejável teor culturalmente adequado das políticas públicas não implica adotar qualquer posição de imobilismo político e de respeito acrítico aos valores sociais esposados por determinados grupos. Significa somente salientar a importância de conceber políticas que contemplem as visões de mundo que destoam de pressupostos que se querem hegemônicos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ao se definir como um código coerente de preservação e implementação de direitos humanos voltados para seres que não dispõem de recursos para se valerem frente à força dos adultos, atribui ao Estado e à sociedade a tarefa e a prerrogativa de zelar por esses entes. Concebe os direitos humanos de uma forma ampla em que a saúde física e psíquica dos não-adultos seja contemplada na dimensão de que a infância e adolescência concebidas como momentos de preparação para a vida devem merecer determinados cuidados que garantam as possibilidades futuras. O Estatuto tal como proposto encontra óbices em sua plena aplicação. Várias realidades sociais destoam da concepção de infância e adolescência nele expressas e elas não estão necessariamente espelhando um estilo maldoso ou violento de infração de direitos da infância. Saber dessas diferenças culturais não implica o intento de mantê-las intactas como numa espécie de relicário de manifestações culturais distintas, mas estar atento a elas como um caminho em que se possa melhor interpretar a aplicação da lei.

A possibilidade do empregar-se como serviçal doméstica para meninas e adolescentes nem sempre se apresenta como uma pressão direta dos pais; a casa de origem pode se apresentar "prisão", e o trabalho extra-doméstico pode se

configurar como possibilidade de autonomia (relativa) através do ganho de recursos e pelo acesso a um mundo diferente daquele em que se vive. Quando o arranjo doméstico é desfavorável para a criança, ela pode vislumbrar a possibilidade de uma alternativa no trabalho, que para os pobres desde cedo se apresenta como uma fonte concreta de uma (longínqua) mobilidade social. O emprego doméstico com todas as peculiaridades que a legislação no Brasil lhe confere é um espaço ambíguo das relações de trabalho neste país. Encontra-se nos interstícios da esfera privada e pública, que por isso mesmo abre múltiplas possibilidades, da exposição à extrema exploração e à violência como também a trocas que possibilitam desde o aumento do capital cultural das empregadas a formas de proteção social não contempladas pelas agências do Estado. Essas características do emprego doméstico são ainda mais significativas quando o empregado é uma criança, e sobretudo, se a ela é negado um direito fundamental que é o da frequência à escola.

Santos (1999) investiga as repercussões de uma política institucional inovadora voltada para (re)socialização de crianças e jovens de famílias pobres em termos da aquisição de novos hábitos. Implementada em Salvador pelo governo municipal, caracterizada pela descentralização política e administrativa e pela parceria com organizações e segmentos da sociedade civil, tal iniciativa se dirige à população de 9 a 17 anos, residente em bairros periféricos e pobres vivendo o perigo de serem levados para a rua. Dividida por unidades em diferentes bairros, essas instituições sociais oferecem atividades de reforço escolar, iniciação profissional<sup>13</sup>, arte e lazer, objetivando a recuperação da auto-estima e o apoio sócio-familiar e pedagógico. A carga horária é de três horas diárias, com direito a lanche, dentro de um período de um ano. Existe uma atenção à formação pessoal e social dos adolescentes e seus familiares, visando o processo de construção da cidadania de forma integrada. A ação com a família é um dos pilares do trabalho<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> As oficinas profissionalizantes tem uma rotatividade para evitar a saturação do mercado. A seleção é feita em função do mercado de trabalho de Salvador e o interesse das famílias e do conselho comunitário. Foi constatado que a participação comunitária foi desativada nos últimos anos.

<sup>14</sup> A partir de 34 entrevistas com 22 meninas e 12 meninos de 9 a 18 anos de duas unidades do projeto (sendo que 21 já tinham saído da instituição), observou-se que a referida população não tem acesso a atividades de

lazer e cultura. A situação se agrava pelo problema da violência. Os homens têm mais liberdade enquanto as meninas são mais protegidas. "Duas irmãs afirmaram que gostam de brincar mas precisam cuidar da casa, dos irmãos e estudar" (Santos, 1999: 45).

Santos (1999) conclui: "é preciso trabalhar a família para se atingir o menino, pois por melhor que seja o programa (...) se não se resolve um problema estrutural que atinge os mantenedores da família, os quais não conseguem sustentar o orçamento familiar, o contraste entre a política social e a realidade vivenciada no grupo doméstico não possibilitará o êxito do programa".

As condições de vida das crianças e adolescentes não podem ser isoladas da existência de suas famílias.

---

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALBERTO, M.F. O Trabalho infantil no mercado informal de rua: primeiras considerações sobre o trabalho dos meninos em condição de rua. *Cad. Est. Soc. Recife*, vol. 14 (2):223-240, 1998.
- ALVES, Alda Judith. Meninos de Rua e Meninos na Rua: estrutura e dinâmica familiar In: FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (org.). *O trabalho e a rua - adolescentes e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*, São Paulo, Cortez, 1991 [117-132].
- ALVIM, R.. A infância negada: "meninos e meninas de rua" no Brasil. In: *O Brasil na virada do século, o debate dos cientistas sociais* (G. Villas Boas e M. A. Gonçalves, orgs.) pp. 90-119. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- ALVIM, Rosilene e LEITE LOPES, José Sergio. Famílias operárias, famílias de operárias. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n° 14 ano 5, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, outubro 1990 [7-17].
- ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Lícia. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura In: *Boletim Informativo Bibliográfico em Ciências Sociais*, n° 26, Rio de Janeiro, 1990 [3-37].
- ARIÈS, Philippe. L' évolution des rôles parentaux In: \_\_\_\_\_ *Familles d' Aujourd'hui*. Bruxelas, Éditions de l' Institut de Sociologie, 1968 [35-55].
- \_\_\_\_\_. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- BARBOSA, F.C. *A articulação casa e trabalho, um estudo sobre migrantes nordestinos nas ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício*. Tese de Mestrado. Niterói: UFF, 1998.
- BARROS, Ricardo et al. *A pobreza é a principal causa do trabalho infantil no Brasil urbano?* IPEA, mimeo, 1994.
- BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A Construção Social da Realidade - Trabalho de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe In: AGUIAR, Neuma (org.) *Hierarquia em Classes*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974b.
- \_\_\_\_\_. *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris, Les Éditions du Minuit, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. Ed. Bertrand, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero In: *IBAM Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991 [39-70].
- CERVINI, Rubem e BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80 In: FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (org.). *O trabalho e a rua - adolescentes e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Cortez, 1991 [17-46].
- DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- DAUSTER, Tania. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas* n° 82. São Paulo, 1992.
- DOMINGES, Mauro Petersen. O avesso do Brasil Moderno: levantamento das estatísticas oficiais referentes a mulheres de 0 a 17 anos (1980-1990). *Revista do CEAP As meninas e a rua* - n° 3, março de 1993 [27-31].
- DONZÉLOT, Jacques. *A Política das Famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- DUARTE, Luis Fernando D. Muita vergonha, pouca vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In Lopes, Jose Sergio (org) *Cultura Operária*. São Paulo, Paz e Terra, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986b.
- \_\_\_\_\_. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social In: CARDOSO, Ruth (org.) *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986c [69-92].
- DUARTE, Luiz Fernando et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania das classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1993.
- DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana In: \_\_\_\_\_ FRANCHETTO et al. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* n° 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- FARIAS, M. F. *Aprendizes do ofício: profissionalização e reprodução familiar*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997.
- FILGUEIRAS, C. et alii. (Orgs.). *Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento*. Belo Horizonte: AMAS, 1995.
- FONSECA, Claudia. Socialização de adolescentes em um grupo de baixa renda. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Anpocs, Nova Friburgo, Rio de Janeiro 1983.
- \_\_\_\_\_. A circulação de crianças. *Ciência Hoje*, v. 11 n° 66, Rio de Janeiro, 1987 [33-38].
- FOUCAULT, Michel. A Política de Saúde do século XVIII In: \_\_\_\_\_ *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1990 [193-207].
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica In: IBA M *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991 [23-38].
- \_\_\_\_\_. Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas* volume 1, número 1 CIEC/ECO/UFRJ. 1993 [50-82].
- \_\_\_\_\_. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares no Rio de Janeiro In: MADEIRA, Felícia (org.) *Quem mandou nascer mulher?*. Rio de Janeiro/ Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Gravidez na Adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social" In VIEIRA, Elisabeth M., FERNANDES, Maria Eugenia L., BAILEY, Patricia e McKAY, Arlene. (orgs.). *Seminário Gravidez na Adolescência, Saúde do Adolescente* - Ministério da Saúde, Projeto de Estudos da Mulher/Family Health International, Associação Saúde da Família. Rio de Janeiro, 1998, p. 23-32.
- HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- LANGÉVIN, Annette. Rythmes Sociaux et reinterpretation individuelle dans le parcours de vie In: *Les Annales de Vaucresson* n° 26, 1987.
- LEITE, Elenice. Educação profissional no Brasil: construindo uma nova institucionalidade. Brasília, SEFOR, mimeo, 1996
- LOVISOLO, Hugo. Escola e Família: constelação imperfeita In: *Ciência Hoje* vol.6, n. 31, Rio de Janeiro, 1987 [52-56]
- MACEDO, Carmem Cinira. *A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar em um grupo de operários*. São Paulo, Vértice, 1985.
- MACHADO NETO, Zahidé. As meninas: sobre trabalho da criança e do adolescente na família proletária. *Ciência e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n° 6, 1980 [671-683].
- MADEIRA, Felícia. Los jóvenes en el Brazil: antiguos supuestos, nuevos detoneros. *Revista de la CEPAL*. Santiago do Chile, no29, 1986 [57-81].
- \_\_\_\_\_. A trajetória da meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In *Quem mandou nascer mulher?*. Rio de Janeiro/ Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1996.
- MAIA, E. D. *Trabalho e criminalidade o destino traçado para as crianças e adolescentes das classes populares*. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1994.
- PERISTIANY, John G. *Honra e Vergonha - Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80 In: FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (org.) *O trabalho e a rua - adolescentes e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Cortez, 1991 [133-150].
- RIZZINI, Irene. Infância, adolescência e pobreza na década de 80: a situação da menina. Rio de Janeiro, mimeo, s/d.
- ROBERGE, Andrée. Les rapports femmes-hommes: une expression particuliere d' une économie sexuée. *Anthropologie et sociétés*, v. 11, n° 1, Québec, 1987 [71-93].
- RODRIGUES, Arakcy Martins. *Operário, Operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- ROPA, Daniela & DUARTE, Luiz Fernando. Considerações Teóricas sobre a questão do 'atendimento psicológico' às classes trabalhadoras In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.) *Cultura e Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985 [178-201].
- ROPA, Daniela et al. Família e criança num grupo de classe trabalhadora - um estudo sobre a diferença e a legitimidade da cultura. Departamento de Psicologia da PUC, agosto, 1983. 10pp.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy of sex' In: RAPP, Rayna (ed) *Towards an Anthropology of Women*. Nova Iorque, Monthly Review Books, 1975 [157-210].
- SALEM, Tania. Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos In: FRANCHETTO et al. *Perspectivas Antropológicas da Mulher n. 1*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SANTOS, L. *Espaços de (re) socialização de meninos e meninas em situação de pobreza*. Monografia, orientação Iracema B. Guimarães/UFBA, 1999.

- SARTI, C. *A família como espelho, um estudo sobre amoral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SARTI, Cynthia. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo In: *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas* n° 27 São Paulo, agosto 1989 [38-46].
- SEFOR/MINISTERIO DO TRABALHO. *Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília, 1995.
- SIMÕES, C.. A situação sociodemográfica das crianças e adolescentes na Amazônia. *Cad. Est. Sociais*. Recife, vol. 13 (1): 21-48, 1997.
- SPINDEL, Cheywa. *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: família, escola e empresa*. São Paulo, IDESP, Monografia n° 2, 1986, 254pp.
- VALLADARES, Lícia. Growing up in the favela. trabalho apresentado no XI World Congress of Sociology. Comitê de pesquisa n° 38, Biography and society, sessão 8 - Children's lives in the third world, Nova Delhi, agosto de 1986 30pp.
- \_\_\_\_\_. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil In: BOSCHI, Renato, *Corporativismo e Desigualdade - a construção do espaço público no Brasil*, Rio de Janeiro, IUPERJ e Rio Fundo Editora, 1991.
- VAZ, Marlene. *A menina e a casa: a identidade coletiva da menina empregada doméstica*. Salvador, Ed. Do Autor, 1999.
- VELHO, Gilberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de cultura nas sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefatos* n 1, Rio de Janeiro, 1978.
- VICTORA, Ceres. *Mulher, sexualidade e reprodução: representações do corpo em uma vila de classes populares em Porto Alegre*. Tese de Mestrado. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1991.
- VOGEL, Arno e MELLO, Marco Antonio da Silva. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho In: FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (org.) *O trabalho e a rua - adolescentes e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Cortez, 1991 [133-150].
- ZALUAR, A. & LEAL, M.C.. Gênero e Educação pública: uma comparação entre o CIEP e a escola comum. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 78, n. 188/189/190, 1997, pp. 157- 194.

#### Levantamento bibliográfico suplementar

- D'UNIAM, C.J.V. O trabalho infantil e sua relação com a escola em países da América Latina. Tese de Mestrado em Educação. Niterói: UFF, 1993.
- SILVA, B. As marcas precoces da exclusão: um olhar sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil. Tese de Mestrado em Educação. Niterói: UFF, 1995.
- MENSCH, C.. Implications of formal schooling for girls transitions to adulthood in developing countries. In *Critical perspectives on schooling and fertility in the developing world* (Bledsoe et al, editors). National Academy Press, Washington, DC. (não resumido), 1999.
- RIZZINI, I. (org.). *A criança no Brasil hoje. Desafio para o terceiro milênio*. RJ: Ed. Universidade Santa Úrsula, 1993.

PILLOTI, F e RIZZINI, I.. *A arte de governar crianças, a história das políticas públicas sociais no Brasil*. RJ: Ed. Universidade Santa Ursula, 1995.

RIZZINI, I. Infância, adolescência e pobreza na década de 80; a situação da menina. CESME/USA – mimeo.

